

# Investigação ao Novo Banco está à espera da auditoria especial

O DCIAP deverá converter averiguação preventiva aos negócios polémicos do Novo Banco num inquérito, estando à espera da conclusão da auditoria especial da Deloitte pedida pelo Governo para avançar

**Banca**  
Mariana Oliveira  
e Marta Moitinho Oliveira

O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) abriu uma averiguação preventiva há vários meses para analisar os vários negócios polémicos realizados pelo Novo Banco, parte dos quais tem obrigado o Estado a injetar todos os anos centenas de milhões de euros naquela instituição bancária através do Fundo de Resolução. A averiguação preventiva pretende analisar se existem indícios de crime em vários negócios polémicos, o que a verificar-se obrigaria à abertura de um inquérito.

O PÚBLICO sabe que é muito provável que o Ministério Público converta em breve a averiguação num inquérito, que deverá investigar crimes como burla, gestão danosa e participação económica em negócio. Uma das razões que tem feito o DCIAP adiar uma decisão final é o facto de continuarem a não ser conhecidas as conclusões da auditoria que o Governo pediu à consultora Deloitte, cuja entrega tem vindo a ser adiada. O Ministério Público aguarda pela finalização deste documento, que pode trazer à luz do dia mais elementos para avaliar os negócios polémicos.

As averiguações preventivas apenas permitem recolher e cruzar informação em fontes abertas, como os registos públicos, e solicitar “inquéritos, sindicâncias, inspeções”, como se prevê na lei de 1994 que criou este instrumento no âmbito do combate à corrupção e criminalidade económica e financeira. No entanto, não possibilitam a realização de buscas, escutas telefónicas ou a recolha de elementos fiscais, o que limita muito a capacidade de investigação do Ministério Público.

Em causa está a sucessão de negócios polémicos que a equipa de António Ramalho tem desenvolvido ao abrigo da solução definida na venda do banco ao fundo norte-americano Lone Star, apelidada de mecanismo de capital contingente. Entre eles, estão a venda de carteiras de imóveis



Actos de gestão de António Ramalho estão a ser escrutinados pelo Ministério Público

com fortes descontos a fundos de recuperação de créditos ou a venda da seguradora GNB por um valor 70% abaixo do registado nas contas, operações cujas perdas sofridas pelo Novo Banco são depois cobertas pelo Fundo de Resolução, instrumento financiado pela banca com recurso a empréstimos do Estado.

## Que auditoria vem aí?

A auditoria que está para ser entregue ao Governo e ao Parlamento foi pedida pelo executivo a 1 de Março de 2019 e escrutina o processo de “concessão dos créditos incluídos no mecanismo de capital contingente”. Isto significa que o relatório que for tornado público estará um pouco desligado da actual polémica que nos últimos meses tem posto o Novo Banco no centro do debate e que incide sobre as condições em que os

imóveis abrangidos pelo mecanismo têm sido vendidos no mercado.

Esta polémica ganhou dimensão política depois de o primeiro-ministro ter pedido ao Ministério Público que avaliasse, com base nas desconfiadas levantadas por Rui Rio, as condições do Novo Banco para prosseguir com a venda de imóveis. O líder do PSD considerou que a informação sobre as perdas com as operações de venda de carteiras “é já suficiente para que o Ministério Público se possa debruçar sobre a forma como este contrato de venda do Novo Banco à Lone Star tem vindo a ser executado”.

É, por isso, possível que a auditoria gere alguma surpresa. O Novo Banco foi vendido em 2017 ao fundo norte-americano do Lone Star que ficou com 75%, tendo o Fundo de Resolução ficado com 25% do capi-

tal. Os resultados de 2017 e 2018 levaram a instituição a fazer chamadas de capital de 792 milhões de euros e de 1149 milhões de euros, respectivamente. No dia em que os resultados referentes a 2018 foram apresentados pela instituição, o ex-ministro das Finanças Mário Centeno determinou o pedido de auditoria.

Entretanto, a gestão de António Ramalho fez nova chamada de capital envolvendo um empréstimo do Estado de 850 milhões de euros relativa aos prejuízos de 2019, desencadeando uma polémica que levou mesmo Mário Centeno a admitir uma falha de comunicação como o primeiro-ministro sobre este tema. No entanto, as últimas operações – na mira do Ministério Público na sequência do pedido de Costa – não estão no âmbito da auditoria da Deloitte.

A análise da consultora abrange os

créditos concedidos entre 2000 e 2018. O que torna o relatório de auditoria semelhante ao que foi conhecido por aquela altura referente à Caixa Geral de Depósitos (CGD). Uma primeira versão da auditoria à CGD, conhecida em Janeiro de 2019, revelava uma análise a um conjunto de 200 devedores que permitiu concluir que o banco público perdeu 1200 milhões de euros em créditos de risco, entre 2000 e 2015.

Além da auditoria ao Novo Banco que está para chegar há uma outra já pedida pelo Governo, que incide sobre o ano de 2019. Trata-se de uma auditoria autónoma face à primeira na qual já deverá haver mais conclusões sobre operações de vendas de imóveis.

mariana.oliveira@publico.pt  
marta.oliveira@publico.pt